



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 710 /2.009-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17001908/2006 – 11183, **RESOLVE**:

Art. 1º - Outorgar a **CONDOMÍNIO AGRÍCOLA SÃO VICENTE**, constituído dos seguintes condôminos: **ALFREDO ÂNGELO SONCINI FILHO**, CPF nº _____, RG nº _____, **PAULO FERNANDO DÓRIA FRASCA**, CPF nº _____, RG nº _____, **ARMANDO PRUDÊNCIO GARCIA DE MESQUITA**, CPF nº _____, RG nº _____ e **WILSON DE SOUZA BERNARDES**, CPF nº _____, RG nº _____, por 06 (seis) anos o uso das águas do Ribeirão das Pombas, no trecho compreendido entre os pontos de coordenadas **17°41'34,4" S e 49°57'44,3" O e 17°39'51,8" S e 49°58'55,2" O**, no trecho localizado na _____, no município de **Vicentinópolis**, Estado de Goiás, para derivação durante **123 (cento e vinte e três) horas por mês**, de maio a outubro de até **132,84 l/s (cento e trinta e dois vírgula oitenta e quatro litros por segundo)**, com a finalidade de irrigação por aspersão convencional, com área de 440 ha.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de 01(um) ano para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO ALCINO ALVES DOS REIS, CREA-GO Nº 12053/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica.

- Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:
- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
 - II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
 - III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
 - IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer o Licenciamento Ambiental;
 - V. A captação é realizada a partir da acumulação em uma barragem construída e já outorgada (P. 11457), cujo volume total acumulado de **1.648.830,1 m³ (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta vírgula um metros cúbicos)**, suficiente para atender a demanda solicitada e à manutenção da vazão à jusante, por meio de descarga de fundo instalada, do Ribeirão das Pombas.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

CUM PRA - SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em
Goiânia, aos _____ dias do mês de agosto de 2.009.

ROBERTO GONÇALVES FREIRE
Secretário

HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos